

RE: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO Nº 45/2020

Perola Pletsch <perola.pletsch@pisontec.com.br>

Sex, 27/11/2020 17:38

Para: licitacao <licitacao@mpba.mp.br>

Cc: Michel Pisontec <michel@pisontec.com.br>; Isabelle Krolls <vendasgov3@pisontec.com.br>; Estela Carvalho <estela@pisontec.com.br>; Pablo Eleuterio <vendasgov1@pisontec.com.br>; Helen Pisontec <adm@pisontec.com.br>

 5 anexos (7 MB)

OKEG AB. 02.12 PE 45.2020 UASG 926302 Governo do Estado.BA Data Protector Backup(IK).pdf; IMPUGNAÇÃO - PREGÃO 45.2020 - GOV. EST. BAHIA.pdf; 18 - Pisontec - RG Carla Autenticado.pdf; 19 - Pisontec - Procuração Carla.pdf; 17 - Pisontec - CPF Carla.pdf;

Prezados, boa tarde.

Segue em anexo IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA e respectivos documentos, em relação ao Pregão 45/2020.

Desde já agradecemos e aguardamos deferimento.

Atenciosamente,



Perola Pletsch
Setor Jurídico
☎ +55-81-3257.5110
✉ perola.Pletsch@pisontec.com.br
www.pisontec.com.br





De: licitacao <licitacao@mpba.mp.br>**Enviado:** sexta-feira, 27 de novembro de 2020 10:14**Para:** Michel Pisontec <michel@pisontec.com.br>; Pablo Eleuterio <vendasgov1@pisontec.com.br>; Isabelle Krolls <vendasgov3@pisontec.com.br>; Helen Pisontec <adm@pisontec.com.br>; Estela Carvalho <estela@pisontec.com.br>; Perola Pletsch <perola.pletsch@pisontec.com.br>**Assunto:** ENC: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO Nº 45/2020

Prezados, conforme histórico desse e-mail (ver texto mais abaixo) foi respondido ontem para a Sra. Carla Patrícia, favor verificarem.

Atenciosamente,

Christian Heberth Silva Borges

Assistente Téc. Adm./Pregoeiro/Membro da CPL

Superintendência de Gestão Administrativa

DCCL-Coordenação de Licitações

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel: (71) 3103-0114

De: licitacao <licitacao@mpba.mp.br>

Enviado: quinta-feira, 26 de novembro de 2020 17:56

Para: Perola Pletsch <perola.pletsch@pisontec.com.br>

Assunto: RE: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO Nº 45/2020

Prezada, Carla Patrícia Carvalho da Silva

Cumprimentando-a cordialmente, e após análise preliminar da comunicação remetida por Vossa Senhoria, verifica-se que, apesar do documento enviado estar denominado como **pedido de esclarecimentos**, o mesmo, em seu bojo, se caracteriza como pedido de **impugnação** ao edital, conquanto tem por fundamento e objeto apontar pretensas irregularidades em edital relativas à aplicação da legislação cabível, suscitando, por conseguinte, a alteração de regras e condições editalícias.

Deste modo, para que possa ser recebido e conhecido, o pleito deverá guardar observância e atendimento às regras constantes no item 1.2 da SEÇÃO I da PARTE V do edital.

Somente com o recebimento da peça com a postulação adequada, bem assim contendo todas as informações e documentos de identificação e representação ali exigidas, diligenciaremos a resposta ao esclarecimento solicitado, junto à área técnica correspondente.

Atenciosamente,

Christian Heberth Silva Borges

Assistente Téc. Adm./Pregoeiro/Membro da CPL

Superintendência de Gestão Administrativa

DCCL-Coordenação de Licitações

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel: (71) 3103-0114

De: Perola Pletsch <perola.pletsch@pisontec.com.br>

Enviado: quinta-feira, 26 de novembro de 2020 15:27

Para: licitacao <licitacao@mpba.mp.br>

Cc: Michel Pisontec <michel@pisontec.com.br>; Pablo Eleuterio <vendasgov1@pisontec.com.br>; Isabelle Krolls <vendasgov3@pisontec.com.br>; Helen Pisontec <adm@pisontec.com.br>; Estela Carvalho <estela@pisontec.com.br>; Carla Carvalho <carla.carvalho@pisontec.com.br>

Assunto: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO Nº 45/2020

Ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Ilmo. (a) Sr.(a) Pregoeiro(a)

A empresa Pisontec Comércio e Serviços em Tecnologia da Informação EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 12.0007.998/0001-35, com Representante Legal a Sra. Carla Patrícia Carvalho da Silva, inscrita no CPF sob o n. 855.883.004-59, vem, tempestivamente, **SOLICITAR ESCLARECIMENTOS** conforme segue:

Ref. PREGÃO Nº 45/2020

Objeto - Prestação de serviços de garantia e suporte técnico do fabricante, para o software “Data Protector”, do fabricante “Microfocus”, da solução de backup utilizada no Datacenter do Ministério público do Estado da Bahia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO INDEVIDA

"5. Documentação a ser anexada pela(s) licitante(s), através do campo “INCLUIR ANEXO DA PROPOSTA”, quando do cadastramento inicial da oferta em sistema (antes da abertura da sessão pública):

c) COMPROVAÇÃO DE REVENDA AUTORIZADA - Apresentar documento emitido pelo fabricante Micro Focus, que comprove que a licitante é um parceiro oficial habilitado a comercializar os itens que compõem o certame para órgãos públicos.

10. A COMPROVAÇÃO DE REVENDA AUTORIZADA (cláusula 5, “c”, da Seção II desta Parte do Edital) deverá ser capaz de comprovar que a licitante se enquadra como parceiro oficial da fabricante Micro Focus, de modo a estar habilitado para comercializar para órgãos públicos.”

1. O edital em análise nos itens transcritos acima, exigem que o Licitante apresente documentação fornecida pelo Fabricante, comprovando ser revenda autorizada para operacionalizar o produto licitado.

2. Entretanto, essa exigência não encontra previsão na Lei 8666/93, principal diploma que norteia os procedimentos licitatórios, a qual, inclusive, coíbe a prática de atos que sejam tendenciosos ou frustrem o caráter competitivo dos certames.

3. Ora, a consequência direta da exigência em comento também é a limitação de participantes.

4. Ainda, o rol de documentos exigidos dos licitantes, conforme previsto nos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993 é taxativo, o que fica evidenciado pelo emprego do legislador dos termos ‘exclusivamente’ (art. 27, caput, Lei 8.666/1993) e ‘limitar-se-á’ (art. 30, caput e 31, caput, da Lei 8.666/1993).

5. Assim não é possível exigir do licitante outros documentos além daqueles elencados nos mencionados dispositivos legais.

6. Isso porque as exigências nos processos licitatórios têm como parâmetro fundamental o art. 37, XXI, da Constituição Federal, que limita as exigências de qualificação técnica e econômica às ‘indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações’, com o objetivo evitar a restrição da competitividade do certame.

7. Neste mesmo sentido já se manifestou o Tribunal de Contas da União, sendo ponto pacífico na jurisprudência desta Corte. Vejamos.

“• No item 9.2.1. do Acórdão 5.508/2009 – 2ª Câmara, o Tribunal determinou a Prefeituras Municipais que, em licitações envolvendo recursos federais, ‘atenham-se ao rol de documentos para habilitação definido nos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993, sem exigir nenhum elemento que não esteja ali enumerado’.

• No item 9.1.2. do Acórdão 1.745/2009 – Plenário, o Tribunal determinou a uma entidade federal que ‘abstenha-se de exigir das licitantes interessadas como condição para habilitação documentos não previstos nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993’.

- No item 9.3.2.3. do Acórdão 1.731/2008 – Plenário, o Tribunal determinou a um órgão federal que ‘abstenha-se de prever, como exigência de habilitação, requisitos que não estejam contemplados nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93, por ausência de amparo legal e por restringir a competitividade da licitação, em afronta ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da referida lei.’”

8. Por todo o exposto, temos que a exigência em comento não está prevista em nenhum dos dispositivos da Lei 8.666/1993 que regulam a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal ou trabalhista, devendo, portanto, ser rechaçada.

Estão corretos os nossos entendimentos?

Agradecemos sua atenção ficando no aguardo de breve reposta.

Atenciosamente,



Perola Pletsch
Setor Jurídico
☎ +55-81-3257.5110
✉ perola.Pletsch@pisontec.com.br
www.pisontec.com.br



